

# ÍNDICE

## CAPÍTULO I – Noções Preliminares

1. CLASSIFICAÇÃO, AUTONOMIA e FONTES.....	17
2. FONTES DO DIREITO ELEITORAL.....	20
3. O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE NO DIREITO ELEITORAL .....	26
3.1. Objetivo da norma .....	26
3.2. A concepção de “lei” (que altera o processo eleitoral).....	27
3.3. Processo eleitoral: uma conceituação .....	28
3.3.1 A visão da doutrina.....	28
3.3.2 O STF e a conceituação de processo eleitoral.....	28
3.4. Breves notas acerca da correta concepção do processo eleitoral: uma conclusão possível.....	31
4. A JUSTIÇA ELEITORAL .....	33
4.1. Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, legislativa, julgadora e consultiva.....	36
5. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL .....	40
6. DOS SISTEMAS ELEITORAIS.....	42
6.1. Sistema majoritário.....	43
6.2. Sistema proporcional.....	46
7. DAS NULIDADES.....	48
8. DIREITO PARTIDÁRIO.....	57
8.1. Natureza jurídica e o mandado de segurança contra ato de dirigente Partidário.....	58
8.2. Criação e registro, participação na eleição e recursos do fundo partidário.....	59
8.3. Características: liberdade de criação e autonomia .....	61
8.4. Coligação.....	67
8.5. Cláusula de barreira .....	70
8.6. Fidelidade partidária.....	71
8.6.1 O arcabouço legislativo da matéria.....	72
8.6.2 Os precedentes do STF e a consulta do TSE .....	73
8.6.3 A doutrina.....	73
8.6.4 Uma conclusão possível (embora moralmente não recomendável).....	75
8.6.5 A Resolução nº 22.610/07 do TSE .....	83
8.7. Competência.....	86

## **CAPÍTULO II – Dos Direitos Políticos e da Capacidade Eleitoral (ativa e passiva)**

1. DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	89
2. DA CAPACIDADE ELEITORAL.....	93
2.1. Capacidade eleitoral ativa.....	93
2.1.1. Alistamento eleitoral.....	96
2.1.2. Transferência.....	99
2.1.3. Segunda via.....	100
2.1.4. Cancelamento.....	100
2.1.5. Da revisão do eleitorado.....	104
3. SUFRÁGIO E VOTO.....	106
4. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA.....	108
4.1. Condições de elegibilidade.....	109
4.1.1. Nacionalidade brasileira.....	110
4.1.2. Pleno exercício dos direitos políticos.....	112
4.1.2.1 Cancelamento da naturalização.....	113
4.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	115
4.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado.....	116
4.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.....	122
4.1.2.5 Improbidade administrativa.....	122
4.1.3. Alistamento eleitoral.....	124
4.1.4. Domicílio eleitoral.....	124
4.1.5. Filiação partidária.....	126
4.1.6. Idade mínima.....	138
4.2. Condições de registrabilidade.....	140
4.3. Inelegibilidade.....	142
4.3.1. Breve nota acerca da elegibilidade.....	142
4.3.2. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade.....	142
4.3.3. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade.....	144
4.3.4. O REGISTRO DE CANDIDATURA: breve análise das diver- gências da teoria clássica e da teoria do fato jurídico.....	145
4.3.5. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro.....	149
4.3.6. Aspectos materiais da inelegibilidade.....	151
4.3.6.1. Na Constituição Federal.....	153
4.3.6.2. Na Lei Complementar nº 64/90.....	165

4.3.6.2.1. Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/10 .....	166
4.3.6.2.2. Causas de inelegibilidade previstas na LC nº 64/90.....	173
4.4. Desincompatibilização .....	243
4.5. Inabilitação.....	244

### **CAPÍTULO III – Do Processo Eleitoral**

1. DAS FASES DO PROCESSO ELEITORAL .....	247
2. CONVENÇÃO PARTIDÁRIA.....	248
2.1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções .....	248
2.2. Prazo de realização e deliberação.....	251
2.3. Registro em livro e ata.....	252
2.4. Candidatura nata.....	253
2.5. Utilização de prédios públicos.....	253
3. REGISTRO DE CANDIDATO.....	254
3.1. Generalidades: natureza jurídica, rito e pré-candidato .....	254
3.2. Número de vagas e reserva por gênero.....	257
3.3. Vagas remanescentes .....	259
3.4. Prazo.....	260
3.5. Documentos.....	260
3.6. Diligências .....	268
3.7. Substituição .....	269
3.8. Homonímia .....	272
4. DA PROPAGANDA.....	274
4.1. Propaganda partidária .....	276
4.1.1. Objetivo, limites e vedações .....	276
4.2. Propaganda intrapartidária.....	281
4.3. Propaganda eleitoral.....	282
4.3.1. Prazo inicial.....	286
4.3.2. Propaganda extemporânea.....	286
4.3.3. Promoção pessoal e propaganda eleitoral .....	288
4.3.4. Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular.....	296
4.3.5. Poder de polícia .....	301
4.3.6. Modalidades de propaganda eleitoral.....	304
4.3.6.1. Propaganda em outdoors.....	304
4.3.6.2. Propaganda em bens particulares .....	307
4.3.6.3. Propaganda em bens públicos .....	310
4.3.6.4. Propaganda nas dependências do Poder Legislativo .....	314

4.3.6.5. Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado.....	315
4.3.6.6. Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som.....	316
4.3.6.7. Comícios, showmícios e aparelhagem de sonorização fixa .....	317
4.3.6.8. Propaganda mediante panfletagem.....	319
4.3.6.9. Propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	321
4.3.6.10. Propaganda eleitoral no rádio e televisão .....	328
4.3.6.11. Debates .....	332
4.3.6.12. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão .....	335
4.3.6.13. Propaganda eleitoral na internet .....	356
4.3.6.14. Propaganda eleitoral no dia da eleição .....	366
5. DIREITO DE RESPOSTA .....	367
6. DAS PESQUISAS ELEITORAIS.....	374
7. DA ARRECADAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	379
7.1. Da arrecadação.....	379
7.2. Prestação de contas.....	406

## **CAPÍTULO IV – Ações Eleitorais**

1. INTRODUÇÃO .....	415
2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO - AIRC .....	422
2.1. Generalidades.....	422
2.2. Objetivo.....	422
2.3. Competência.....	423
2.4. Prazo para o ajuizamento .....	423
2.5. Preclusão.....	424
2.6. Legitimidade, litisconsórcio e assistência.....	424
2.7. Capacidade Postulatória.....	429
2.8. Questões procedimentais .....	430
2.8.1. Da Petição Inicial.....	430
2.8.2. Contestação .....	431
2.8.3. Julgamento antecipado da lide ou instrução .....	432
2.8.4. Alegações .....	434
2.8.5. Sentença .....	435
2.8.5.1. Causas de (in)elegibilidade e momento de aferição .....	435
2.8.5.2. Livre convencimento .....	436
2.8.5.3. Sentença .....	436
2.8.5.4. Recurso .....	437

3. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AJJE .....	439
3.1. Considerações iniciais e fundamento legal .....	439
3.2. Hipóteses de cabimento.....	441
3.3. Procedimento e competência.....	444
3.4. Bem jurídico .....	446
3.5. Prazo de ajuizamento .....	448
3.6. Legitimidade Ativa e Passiva.....	449
3.7. Sanções.....	451
3.8. Recurso e efeitos.....	454
4. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA - RCED .....	455
4.1. Fundamento legal.....	455
4.2. Objeto .....	456
4.3. Prazo .....	458
4.4. Hipóteses de cabimento.....	458
4.5. A Prova pré-constituída .....	465
4.6. Competência e Procedimento .....	468
4.7. Legitimidade .....	469
4.8. Efeitos.....	471
5. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO .....	472
5.1. Fundamento legal, auto-aplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé.....	472
5.2. Objeto .....	475
5.3. Hipóteses de cabimento.....	475
5.4. Preclusão.....	479
5.5. Bem Jurídico .....	480
5.6. Legitimidade.....	482
5.7. Competência .....	485
5.8. Procedimento .....	485
5.9. Efeitos da procedência .....	487
5.10. Recursos e efeitos .....	489
6. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO .....	490
6.1. Fundamento legal.....	490
6.2. Conceito.....	490
6.3. Legitimados Ativos .....	495
6.4. Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta).....	495
6.5. Lapsos de incidência da norma (e da ação) .....	498
6.6. Procedimento e bem jurídico tutelado.....	498
6.7. Competência.....	499
6.8. Sanções e constitucionalidade.....	500

6.9. Recurso: prazo e efeitos .....	501
7. DAS CONDUTAS VEDADAS.....	502
7.1. Introdução .....	502
7.2. Bem jurídico .....	503
7.3. Legitimados, competência e sanções .....	504
7.4. Procedimento e prazo recursal.....	507
7.5. Lapso de ajuizamento da representação .....	509
7.6. Lapso temporal de incidência das hipóteses legais.....	510
7.7. As Hipóteses Materiais do art. 73 da Lei nº 9.504/97 .....	512
7.8. A Hipótese Material do art. 74 da Lei nº 9.504/97 .....	551
7.9. A Hipótese Material do art. 75 da Lei nº 9.504/97 .....	552
7.10. A Hipótese Material do art. 77 da Lei nº 9.504/97 .....	553
8. DA REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO E GASTOS ILÍCITOS	
ELEITORAIS.....	556
8.1. Art. 30-A da LE: representação específica vs AIJE .....	556
8.2. Hipóteses de cabimento.....	558
8.3. Para fins eleitorais .....	564
8.4. Art. 30-A da LE vs rejeição de contas.....	564
8.5. Bem jurídico .....	567
8.6. Procedimento e competência.....	568
8.7. Prazo de ajuizamento .....	569
8.8. Legitimados.....	573
8.9. Sanções e recurso (prazo e efeitos) .....	574
9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL.....	575
9.1. Introdução .....	575
9.2. Hipóteses de cabimento.....	576
9.3. Constitucionalidade .....	578
9.4. Competência, prazo, procedimento e legitimidade .....	578
Bibliografia .....	581